



Política

11/12/2013 - 08h26

Procuradorias lançam livreto para incentivar ingresso da mulher na política

Estudo revela que dos 188 países avaliados quanto à participação feminina na política, o Brasil ocupa a 156ª posição. Só nas Américas, dos 34 países, o Brasil está na 30ª posição.

As Procuradorias da Mulher da Câmara dos Deputados e do Senado lançam hoje o livreto Mais Mulher na Política. O evento está marcado para as 10 horas, no Salão Nobre do Senado.

A produção tem como objetivo mostrar a baixa presença da mulher na política e marcar a segunda fase da **campanha Mulher, Tome Partido!**, movimento de conscientização das mulheres para que ocupem cada vez mais os espaços na política.

O estudo comparativo realizado pela equipe de consultores do Senado e da Procuradoria da Mulher revela que dos 188 países avaliados quanto à participação feminina, o Brasil ocupa a 156ª posição. Nas Américas, dos 34 países, o Brasil está na 30ª posição.

O estudo mostra também que nos países onde se mantém um incentivo dos próprios partidos, a presença da mulher na política é mais efetiva. O mesmo ocorre nos países com sistema eleitoral de lista fechada, com regra de alternância de gênero, como é o caso da Finlândia, que registra 43% de representação feminina no Parlamento.

Escolaridade e salário

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres representam 51,5% da população brasileira e são a maioria do eleitorado, 51,7%. Elas estão em maior número nas universidades do País e ocupam 41,9% dos postos de trabalho.

Quanto ao salário, a situação se inverte: recebem 27,1% a menos que os homens. A desigualdade fica evidente quando as estatísticas mostram que aumenta a cada ano o número de famílias chefiadas por mulheres – hoje já são 38%.

Para a coordenadora da Bancada Feminina da Câmara, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), ao realizar esses levantamentos foi possível compreender exatamente como a campanha Mulher, Tome Partido! deve proceder. “É preciso capacitar, criar programas de apoio e realizar campanhas de incentivo às mulheres para que possam participar mais ativamente dos processos decisórios”, afirmou.

Partidos sem punição

Constatou-se que essa baixa colocação resulta no descumprimento da Lei Eleitoral (9096/95), que prevê equidade de gênero nas disputas eleitorais.

Segundo a Procuradora Especial da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), primeira parlamentar a ocupar o cargo criado no início do ano, isso acontece porque a lei não prevê punição ao partido que não repassar os recursos do fundo partidário para promover a participação feminina. “Essa realidade representa um enorme prejuízo, pois atrasa ainda mais a busca da igualdade de gênero na representatividade política do País”, afirmou a senadora. Vanessa Grazziotin, no entanto acredita que o País avançou nesse ponto, mas em ritmo lento.

As Procuradorias da Mulher da Câmara e do Senado em conjunto com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, trabalharão na segunda fase da campanha até 2015, período em que pretendem

desenvolver um trabalho sistemático de conscientização das mulheres filiadas a algum partido, além de estimular a adesão da mulher na política.

Pretendem realizar trabalho de base junto às assembleias legislativas, câmaras municipais, organizações não-governamentais e partidos políticos.

Da Redação - RCA

Com informações da Agência Senado

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'